

MARIA EUGÊNIA FINKELSTEIN

MANUAL DE DIREITO EMPRESARIAL

8.ª edição | *Revista, ampliada
e reformulada*



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Nilton Masoni

- Data de fechamento: 24.08.2016

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. RJ

F535m

Finkelstein, Maria Eugênia

Manual de direito empresarial / Maria Eugênia Finkelstein. – 8. ed. rev., ampl. e ref. – São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-00851-7

1. Direito empresarial. 2. Direito comercial. I. Título.

16-35417

CDU: 347.72

SUMÁRIO

.....

1 Parte Geral	1
1.1. Introdução	1
1.2. Histórico	1
1.3. Empresa.....	8
1.3.1. Teoria dos atos do comércio.....	8
1.3.2. O Código Civil de 2002.....	9
1.3.3. Teoria da empresa	10
1.4. O empresário	14
1.4.1. Empresário individual	15
1.5. Elemento da empresa	18
1.6. Função social da empresa	18
1.7. O comércio internacional.....	20
1.8. Fases do direito comercial.....	21
1.8.1. Direito comercial no Brasil.....	22
1.9. Fontes do direito comercial	23
1.9.1. Boa-fé.....	24
1.9.2. Usos.....	25
1.9.3. Princípios	27
1.10. Capacidade das partes para exercer atividades empresárias	27
1.10.1. Sociedade entre cônjuges	33
1.10.2. Consequências da violação da proibição de exercer empresa.....	34
1.11. Livros comerciais.....	35
1.12. Nome comercial	38
1.13. Registro do comércio	39
1.14. Estabelecimento comercial	39
1.14.1. O estabelecimento empresarial: definições	39
1.14.2. O estabelecimento empresarial no Código Civil	40

1.14.3. O aviamento e a clientela	41
1.14.4. Trespasse e suas formalidades	41
1.14.5. Cláusula de não restabelecimento.....	43
1.14.6. Aspectos societários do trespasse	45
1.14.7. Consequências jurídicas do trespasse	46
1.14.8. Ponto comercial e locação comercial	48
1.14.8.1. Exceção de retomada.....	49
1.14.9. Título do estabelecimento.....	50
1.15. Súmulas.....	50
2 Comércio Eletrônico.....	53
2.1. Comércio eletrônico	53
2.2. Aspectos jurídicos do desenvolvimento do comércio eletrônico	57
2.3. Legislação sobre o tema.....	58
2.3.1. Iniciativas nacionais.....	58
2.3.2. Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.....	59
3 Societário	63
3.1. Origem	63
3.2. Da designação pessoa jurídica	63
3.3. Histórico das teorias que explicam a pessoa jurídica	67
3.3.1. Teoria da ficção legal	67
3.3.2. Sistema da negação da personalidade jurídica.....	68
3.3.2.1. Teoria individualista.....	68
3.3.2.2. Teoria do patrimônio destinado a um fim	69
3.3.2.3. Teoria da propriedade coletiva.....	69
3.3.3. Sistema da realidade	69
3.3.3.1. Teoria da vontade	70
3.3.3.2. Teoria da realidade objetiva ou orgânica.....	70
3.3.3.3. Teoria da pessoa jurídica como realidade técnica.....	70
3.3.4. Teoria institucionalista	71
3.4. Definições.....	71
3.4.1. A pessoa jurídica no direito brasileiro	72
3.4.2. Classificação das pessoas jurídicas no direito brasileiro.....	73
3.5. Responsabilidade das pessoas jurídicas	74
3.6. Extinção das pessoas jurídicas	74
3.7. A Dissolução parcial da sociedade.....	76
3.7.1. Antes do Código de Processo Civil de 2015.....	76

3.7.2.	A partir do Código de Processo Civil de 2015.....	77
3.7.2.1.	Objeto.....	77
3.7.2.2.	Legitimidade.....	77
3.7.2.3.	Procedimento da dissolução.....	78
3.7.2.4.	Procedimento da apuração de haveres.....	78
3.8.	Personalidade jurídica.....	79
3.8.1.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	80
3.8.2.	O instituto no Código de Processo Civil de 2015.....	83
3.8.2.1.	Natureza.....	83
3.8.2.2.	Legitimidade.....	84
3.8.2.3.	Contraditório.....	84
3.8.2.4.	Consequência.....	85
3.8.2.5.	Desconsideração inversa.....	85
3.9.	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – Eireli.....	85
3.9.1.	Da regulamentação.....	85
3.9.2.	Da finalidade.....	85
3.9.3.	Características e requisitos.....	86
3.9.3.1.	Unipessoalidade.....	86
3.9.3.2.	Capital social.....	86
3.9.3.3.	Nome empresarial.....	87
3.9.3.4.	Derivação.....	87
3.9.3.5.	Aspecto tributário.....	87
3.10.	Sociedades.....	88
3.10.1.	Contrato social.....	88
3.10.2.	Da aquisição da personalidade jurídica pelas sociedades brasileiras.....	89
3.10.3.	Classificação das sociedades.....	90
3.10.3.1.	Quanto à responsabilidade dos sócios.....	90
3.10.3.2.	Quanto à personificação.....	90
3.10.3.3.	Quanto à estrutura econômica.....	91
3.10.3.4.	Quanto ao caráter empresário das sociedades.....	92
3.10.3.5.	Sociedades entre cônjuges.....	93
3.10.3.6.	Composição do capital social das sociedades.....	93
3.11.	Tipos societários.....	94
3.11.1.	Sociedade em comum.....	94
3.11.2.	Sociedade em nome coletivo.....	95
3.11.2.1.	Conceito.....	95

3.11.2.2.	Sociedade de pessoas ou de capital?.....	95
3.11.2.3.	Razão/Denominação.....	96
3.11.2.4.	Categoria dos sócios.....	96
3.11.2.5.	Responsabilidade dos sócios.....	96
3.11.2.6.	Administração.....	96
3.11.2.7.	Generalidades.....	96
3.11.3.	Sociedade em comandita simples.....	96
3.11.3.1.	Conceito.....	97
3.11.3.2.	Sociedade de pessoas ou de capital?.....	97
3.11.3.3.	Razão/Denominação.....	97
3.11.3.4.	Categoria dos sócios.....	97
3.11.3.5.	Responsabilidade dos sócios.....	97
3.11.3.6.	Administração.....	97
3.11.3.7.	Generalidades.....	98
3.11.4.	Sociedade em comandita por ações.....	98
3.11.5.	Sociedade em conta de participação.....	98
3.11.5.1.	Características.....	98
3.11.5.2.	Conceito.....	102
3.11.5.3.	Características.....	102
3.11.5.4.	Sociedade de capital ou de pessoas.....	102
3.11.5.5.	Razão social.....	102
3.11.5.6.	Categorias dos sócios.....	103
3.11.5.7.	Responsabilidades dos sócios.....	103
3.11.5.8.	Administração.....	103
3.11.5.9.	Da conta de participação como sociedade.....	103
3.11.5.10.	Tratamento fiscal conferido à sociedade em conta de participação.....	104
3.11.5.11.	Tratamento processual conferido à sociedade em conta de participação.....	105
3.11.6.	Sociedade simples.....	106
3.11.6.1.	Conceito.....	106
3.11.6.2.	Características.....	107
3.11.6.3.	Sociedade de pessoas.....	107
3.11.6.4.	Razão social.....	107
3.11.6.5.	Categorias dos sócios.....	107
3.11.6.6.	Responsabilidade dos sócios.....	107
3.11.6.7.	Administração.....	108

3.11.6.8.	Dissolução, exclusão e retirada	109
3.11.6.9.	Aplicação subsidiária das normas das sociedades simples aos demais tipos societários	110
3.11.7.	Sociedades limitadas.....	111
3.11.7.1.	Histórico	112
3.11.7.2.	Conceito	116
3.11.7.3.	Legislação aplicável.....	117
3.11.7.4.	Aplicação subsidiária/supletiva.....	117
3.11.7.5.	Sociedade de capital ou de pessoas?	118
3.11.7.6.	Razão/Denominação social.....	120
3.11.7.7.	Responsabilidade dos sócios	120
3.11.7.8.	Quotas	121
3.11.7.9.	Distribuição de lucros	123
3.11.7.10.	Administração.....	123
3.11.7.11.	Deliberações dos sócios	127
3.11.7.12.	<i>Quorum</i> de deliberação.....	130
3.11.7.13.	Exclusão de sócio.....	130
3.11.7.14.	Da exclusão de sócio	132
3.11.7.15.	Exclusão judicial	132
3.11.7.16.	Exclusão extrajudicial.....	133
3.11.7.17.	Exclusão por justa causa	134
3.11.7.18.	Procedimento	136
3.11.7.19.	Direito de retirada	138
3.11.7.20.	Conselho fiscal	138
3.11.7.21.	Redução do capital social.....	139
3.11.8.	Sociedade anônima.....	139
3.11.8.1.	Legislação aplicável.....	139
3.11.8.2.	Introdução	140
3.11.8.3.	Conceito e outros aspectos	141
3.11.8.4.	Estatuto social	141
3.11.8.5.	Responsabilidade dos acionistas.....	142
3.11.8.6.	Sociedade de capital ou de pessoas?	142
3.11.8.7.	Razão/Denominação social.....	142
3.11.8.8.	Espécies de S.A.....	142
3.11.8.9.	Ações	144
3.11.8.9.1.	Critérios de classificação das ações	144
3.11.8.10.	Acionista	145

3.11.8.10.1. Acionista controlador	146
3.11.8.10.2. Direito de retirada	147
3.11.8.11. Acordo de acionistas	149
3.11.8.12. Constituição	150
3.11.8.13. Livros societários	151
3.11.8.14. Valores mobiliários	151
3.11.8.14.1. Debêntures	152
3.11.8.15. Assembleia geral	153
3.11.8.15.1. Cumulação de assembleias	155
3.11.8.15.2. Convocação	156
3.11.8.15.3. Presença	160
3.11.8.15.4. Mesa diretora da AG	162
3.11.8.15.5. Presenças obrigatórias em AG	164
3.11.8.15.6. Assembleia geral ordinária	164
3.11.8.15.7. Assembleia geral extraordinária	167
3.11.8.15.8. <i>Quorum</i>	169
3.11.8.15.9. Ata da AG	170
3.11.8.15.10. Assembleias <i>on-line</i> e <i>proxy voting</i>	171
3.11.8.16. Administração	172
3.11.8.16.1. Diretoria	172
3.11.8.16.2. Conselho de administração	173
3.11.8.17. Conselho fiscal	175
3.11.8.18. Reservas e distribuição de lucros	176
3.11.8.19. Sociedades coligadas, controladas, controladoras e subsidiária integral	176
3.11.8.20. Mercado de capitais e suas assimetrias	177
3.11.8.20.1. Do risco e da incerteza	177
3.11.8.20.2. Mecanismos de alocação de riscos	177
3.11.8.20.3. Custos de transação	178
3.11.8.20.4. Falhas do mercado	179
3.11.8.21. Governança corporativa	184
3.11.8.21.1. CVM (Comissão de Valores Mobiliários)	185
3.11.8.21.2. IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)	185

3.11.8.21.3. ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos)	185
3.11.8.21.4. Bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA)	186
3.11.9. Consórcios e grupos de sociedades	188
3.12. <i>Joint ventures</i>	189
3.12.1. Vantagens	190
3.12.2. Desvantagens	191
3.12.3. O contrato de <i>joint venture</i>	192
3.12.4. Exercício do poder de controle em <i>joint ventures</i>	194
3.13. Operações societárias	195
3.13.1. Cisão	195
3.13.2. Fusão.....	197
3.13.3. Incorporação.....	197
3.13.4. Transformação.....	198
3.13.5. Direito dos credores.....	199
3.14. Arbitragem.....	199
3.14.1. Cláusula compromissória	201
3.14.2. Arbitragem em direito societário.....	204
3.15. Súmulas.....	206
4 Títulos de Crédito.....	209
4.1. Origem e regulamentação legal.....	209
4.2. Definições	210
4.3. Características dos títulos de crédito.....	211
4.3.1. Literalidade	212
4.3.2. Autonomia	213
4.3.3. Cartularidade.....	214
4.3.4. Características não gerais.....	215
4.3.4.1. Abstração	215
4.3.4.2. Independência ou substantividade.....	216
4.3.4.3. Inoponibilidade das exceções.....	216
4.4. As mudanças nos títulos de crédito no Código Civil de 2002	216
4.5. Classificação dos títulos de crédito	226
4.5.1. Negócio de origem	227
4.5.2. Circulação	227
4.5.3. Modelo.....	227
4.5.4. Tipicidade.....	227
4.5.5. Emissor.....	228

4.6.	Atos cambiários.....	228
4.7.	Mudanças advindas do Novo Código de Processo Civil	228
4.8.	Letra de câmbio	229
4.8.1.	Origem.....	229
4.8.2.	Conceito	230
4.8.3.	Figuras intervenientes	230
4.8.4.	Formação da letra de câmbio	230
4.8.5.	Requisitos legais	230
4.8.6.	Vencimento da letra de câmbio.....	232
4.8.7.	Endosso	232
4.8.8.	Aceite	234
4.8.9.	Aval	235
4.8.10.	Pagamento da cambial.....	236
4.8.11.	Protesto.....	237
4.8.12.	Intervenção	239
4.8.13.	Ações cambiais e prescrição	239
4.8.14.	Visualização da letra de câmbio.....	240
4.9.	Nota promissória.....	240
4.9.1.	Definição.....	240
4.9.2.	Partes intervenientes.....	241
4.9.3.	Origens	241
4.9.4.	Requisitos	241
4.9.5.	Legislação aplicável.....	241
4.9.6.	Endosso	241
4.9.7.	Aceite	242
4.9.8.	Aval	242
4.9.9.	Vencimento.....	242
4.9.10.	Pagamento da cambial.....	242
4.9.11.	Protesto.....	243
4.9.12.	Prescrição das ações cambiais	244
4.9.13.	Visualização da nota promissória	244
4.10.	Cheque	244
4.10.1.	Definição	244
4.10.2.	Origens	245
4.10.3.	Partes intervenientes.....	245
4.10.4.	Legislação aplicável.....	245

4.10.5. Requisitos essenciais.....	245
4.10.6. Endosso em cheque	246
4.10.7. Aceite	246
4.10.8. Vencimento	246
4.10.9. Prazo de apresentação e pagamento.....	246
4.10.10. Aval	247
4.10.11. Prescrição	247
4.10.12. Protesto.....	248
4.10.13. Sustação do cheque	249
4.10.14. Tipos de cheque.....	249
4.11. Duplicata.....	252
4.11.1. Definição	252
4.11.2. Origens	253
4.11.3. Legislação aplicável.....	253
4.11.4. Partes intervenientes.....	253
4.11.5. Requisitos essenciais.....	253
4.11.6. Aceite da duplicata	254
4.11.7. Vencimento e pagamento da duplicata	255
4.11.8. Protesto.....	255
4.11.9. Perda ou extravio	257
4.11.10. Ação para cobrança e prescrição.....	258
4.11.11. Visualização do anverso da duplicata.....	259
4.12. Títulos representativos	259
4.12.1. Conhecimento de transporte.....	260
4.12.2. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	261
4.12.2.1. Legislação aplicável.....	261
4.12.2.2. A dinâmica do <i>warrant</i> e do conhecimento de depósito	261
4.12.2.3. Dos requisitos para a emissão do conhecimento de depósito e do <i>warrant</i>	263
4.12.2.4. Liberação da mercadoria	264
4.13. Súmulas.....	265
5 Contratos Mercantis.....	267
5.1. Parte geral.....	267
5.2. Contratos nas relações de consumo.....	270
5.3. Contratos empresariais.....	275
5.4. A questão da interpretação dos contratos empresariais.....	278

5.4.1.	Princípios de direito contratual.....	279
5.4.1.1.	Princípio da autonomia da vontade	279
5.4.1.2.	Princípio da força obrigatória (<i>pacta sunt servanda</i>).....	280
5.4.1.3.	Da queda da importância do princípio da força obriga- tória.....	282
5.4.1.4.	Princípio do consensualismo	282
5.4.1.5.	Princípio da boa-fé.....	283
5.4.1.6.	Função social do contrato e cláusulas gerais.....	285
5.4.1.7.	Função social do contrato.....	285
5.5.	Uma tentativa de esquematização do estudo	286
5.6.	Compra e venda mercantil.....	288
5.6.1.	Vendas condicionais	289
5.6.2.	Venda a contento.....	289
5.6.3.	Vendas sob condição de prova	290
5.6.4.	Vendas em consignação	290
5.6.5.	Venda sob amostra.....	290
5.6.6.	Vendas com cláusulas de preferência	291
5.6.7.	Retrovenda.....	291
5.6.8.	Vendas com reserva de domínio.....	292
5.6.9.	Venda complexa	292
5.6.10.	Entrega da mercadoria	293
5.6.11.	Responsabilidades adicionais do vendedor	293
5.6.12.	Responsabilidades do comprador.....	294
5.7.	Seguro.....	294
5.7.1.	Conceito	294
5.7.2.	Objeto	295
5.7.3.	Partes.....	295
5.7.4.	Características gerais	295
5.7.5.	A formação do contrato de seguro: a apólice	296
5.7.6.	Obrigações das partes.....	297
5.7.7.	Modalidades de contratos de seguro	297
5.7.8.	Extinção do contrato de seguro.....	298
5.8.	Mandato mercantil.....	298
5.8.1.	Extinção do mandato	303
5.9.	Comissão mercantil.....	303
5.10.	Concessão mercantil e distribuição.....	304
5.10.1.	Contrato de concessão comercial (Lei nº 6.729/1979).....	307

5.11. Representação comercial.....	308
5.11.1. Partes.....	308
5.11.2. Características	309
5.11.3. Remuneração	311
5.11.4. Obrigações do representante comercial.....	311
5.11.5. Obrigações do representado.....	312
5.11.6. Prazo de duração e extinção	312
5.12. Contrato de corretagem.....	312
5.13. Depósito mercantil.....	314
5.14. Fiança	315
5.14.1. Extinção da fiança.....	316
5.15. Penhor mercantil.....	317
5.15.1. Espécies de penhor mercantil.....	319
5.16. Transporte de coisas e pessoas.....	319
5.16.1. Características	320
5.16.2. Transporte de pessoas.....	321
5.16.3. Transporte de coisas.....	322
5.17. Arrendamento mercantil ou <i>leasing</i>	322
5.17.1. Partes.....	324
5.17.2. Características	325
5.17.3. Obrigações do arrendante.....	325
5.17.4. Obrigações do arrendatário	325
5.17.5. Modalidades.....	325
5.17.6. Extinção.....	326
5.17.7. Disposições gerais	327
5.17.8. Alguns aspectos tributários	327
5.17.8. Tabela de diferenciação entre <i>leasing</i> e a locação.....	328
5.18. Franquia	328
5.18.1. Partes do contrato de franquia	329
5.18.2. Características	329
5.18.3. Objeto do contrato de franquia.....	330
5.18.4. Como se opera a franquia	330
5.18.5. Extinção do contrato de franquia	330
5.19. Contratos bancários.....	331
5.19.1. Operações bancárias.....	331
5.19.1.1. Operações passivas.....	331

5.19.1.2. Operações ativas	331
5.19.2. Juros	332
5.19.2.1. Juros legais	332
5.19.2.2. Juros bancários	332
5.19.3. Contrato de conta-corrente	333
5.19.3.1. Características e classificação	333
5.19.3.2. Encerramento da conta e extinção do contrato	333
5.20. <i>Factoring</i>	334
5.20.1. Partes	335
5.20.2. Classificação e características	335
5.20.3. Vantagens do <i>factoring</i>	336
5.20.4. Modalidades de <i>factoring</i>	336
5.21. Alienação fiduciária	336
5.21.1. Regulamentação legal	337
5.21.2. Partes	337
5.21.3. Classificação e características	337
5.21.4. Inadimplemento da obrigação principal	338
5.21.5. Extinção da alienação fiduciária	338
5.22. Contrato de <i>shopping center</i>	338
5.23. <i>Hedge</i>	341
5.24. Sùmulas	342
6 Direito Falimentar	343
6.1. Panorama geral da nova lei de falências	343
6.2. A lei de falências e o novo Código de Processo Civil	345
6.3. Falência: conceito e características	346
6.4. Insolvência	347
6.4.1. Insolvência presumida pela impontualidade	347
6.4.2. Sintomas legais para a falência presumida	349
6.4.2.1. Execução frustrada	349
6.4.2.2. Liquidação precipitada ou utilização de expedientes rui- nosos ou fraudulentos	350
6.4.2.3. Realização de negócios simulados ou alienação total ou parcial de ativo	350
6.4.2.4. Transferência do estabelecimento comercial, sem con- sentimento dos credores	350
6.4.2.5. Simulação da transferência do principal estabelecimen- to	351

6.4.2.6.	Garantia a credor sem manutenção de bens livres equivalentes às dívidas.....	351
6.4.2.7.	Ausência na administração do negócio e abandono do estabelecimento.....	351
6.4.2.8.	Não cumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial	352
6.4.2.9.	Generalidades.....	352
6.4.3.	Confissão da falência (autofalência).....	352
6.4.4.	Razões que eximem o falido da decretação da falência	352
6.4.4.1.	Falsidade do título executivo.....	353
6.4.4.2.	Prescrição.....	353
6.4.4.3.	Nulidade de obrigação ou do título executivo	353
6.4.4.4.	Pagamento da dívida	353
6.4.4.5.	Qualquer fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título.....	353
6.4.4.6.	Vício em protesto ou em seu instrumento	354
6.4.4.7.	Apresentação de pedido de recuperação judicial dentro do prazo da contestação.....	354
6.4.4.8.	Cessação da atividade empresarial por período superior a dois anos.....	354
6.4.4.9.	Generalidades.....	354
6.5.	Sujeitos na falência	354
6.5.1.	Sujeito passivo	354
6.5.2.	Sujeito ativo.....	356
6.5.3.	Coobrigados.....	356
6.6.	Administra�o da falência.....	357
6.6.1.	Administrador judicial.....	358
6.6.1.1.	Conceito e Características	358
6.6.1.2.	Fun�es desempenhadas pelo administrador judicial....	358
6.6.1.3.	Destitu�o do administrador judicial	361
6.6.1.4.	Responsabilidades.....	362
6.6.2.	Comitê de credores	362
6.6.2.1.	Constitu�o e características.....	362
6.6.2.2.	Fun�es	363
6.6.2.3.	Responsabilidades do comit� de credores	364
6.6.3.	Impedimentos do administrador judicial e de membro do comit� de credores	364
6.7.	Assembleia geral de credores.....	365

6.7.1.	Atribuições.....	365
6.7.1.1.	Na recuperação judicial	365
6.7.1.2.	Na falência	365
6.7.2.	Convocação.....	366
6.7.3.	Mesa-diretora da Assembleia	366
6.7.4.	Quorum de instalação.....	366
6.7.5.	Presença.....	366
6.7.6.	Deliberações.....	367
6.7.7.	Esquematização – Comitê de credores, Assembleia Geral e administrador judicial	369
6.8.	Ação falimentar	369
6.8.1.	Competência.....	369
6.8.2.	Procedimento falimentar	370
6.8.2.1.	Pedido de falência baseado na impontualidade.....	371
6.8.2.2.	Procedimento falimentar baseado na execução frustrada e presunção por outros sintomas legais.....	372
6.8.3.	Sentença.....	373
6.9.	Efeitos da sentença de falência	374
6.9.1.	Efeitos da sentença quanto ao falido	374
6.9.2.	Efeitos da sentença quanto aos direitos dos credores	375
6.9.2.1.	Formação da massa falida subjetiva	375
6.9.2.1.1.	Verificação e habilitação de créditos.....	376
6.9.2.2.	Suspensão das ações singulares e da prescrição	378
6.9.2.3.	Suspensão condicional da fluência de juros.....	378
6.9.3.	Quanto aos bens do falido – formação da massa falida objetiva.....	379
6.9.3.1.	Arrecadação dos bens do falido.....	379
6.9.4.	Efeitos da sentença quanto às obrigações do devedor.....	380
6.9.5.	Efeitos da falência do espólio	381
6.10.	Termo legal e período suspeito.....	382
6.10.1.	Termo legal.....	382
6.10.2.	Período suspeito	382
6.10.3.	Sistematização do Termo Legal.....	383
6.11.	Ações revocatórias	383
6.12.	Pedido de restituição e embargos de terceiros	386
6.13.	Classificação dos créditos da massa falida subjetiva	388
6.14.	Recuperação judicial.....	391
6.14.1.	Histórico da recuperação judicial	391
6.14.2.	A recuperação judicial no direito comparado.....	392

6.14.3. Introdução no ordenamento jurídico nacional.....	393
6.14.4. Princípios do direito falimentar	394
6.14.5. Da recuperação judicial.....	395
6.14.6. Recuperação judicial: conceito e características	396
6.14.7. Meios de recuperação judicial.....	399
6.14.8. Quem pode requerer a recuperação judicial	401
6.14.9. Do processamento – passos iniciais.....	404
6.14.10. Cumprimento das obrigações fixadas no plano de recuperação judicial.....	408
6.14.11. Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte	410
6.15. Recuperação extrajudicial.....	412
6.16. Liquidação e encerramento da falência.....	413
6.16.1. Realização do ativo	413
6.16.2. Pagamento de credores.....	414
6.16.3. Extinção das obrigações do falido	415
6.17. Concordatas.....	415
6.18. Crimes falimentares.....	417
6.18.1. Procedimento criminal.....	417
6.18.2. Crimes falimentares por espécie	418
6.18.2.1. Fraude a credores.....	418
6.18.2.2. Violação de sigilo empresarial	418
6.18.2.3. Divulgação de informações falsas.....	419
6.18.2.4. Indução a erro	419
6.18.2.5. Favorecimento de credores.....	419
6.18.2.6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens	419
6.18.2.7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	419
6.18.2.8. Habilitação ilegal de crédito	420
6.18.2.9. Exercício ilegal de atividade	420
6.18.2.10. Violação de impedimento.....	420
6.18.2.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	420
6.18.2.12. Efeitos da condenação por crime falimentar	420
6.18.2.13. Prescrição dos crimes falimentares	421
6.19. Tabelas explicativas.....	422
6.19.1. Tabela dos principais prazos falimentares	422
6.19.2. Tabela das principais mudanças da legislação falimentar.....	426
6.20. Súmulas.....	428

7	Propriedade Intelectual	431
7.1.	Introdução	431
7.2.	Princípios aplicados aos sinais distintivos	432
7.2.1.	Marcas.....	433
7.3.	Patentes e afins.....	437
7.3.1.	Objeto	438
7.4.	Desenho industrial.....	439
7.5.	Crimes contra a propriedade industrial.....	439
7.5.1.	Crimes referentes às patentes	440
7.5.2.	Crimes referentes à marca.....	440
7.5.3.	Concorrência desleal	441
8	Disciplinas Reguladoras da Atividade Econômica	447
8.1.	Introdução	447
8.2.	Marxismo.....	447
8.3.	A entrada do estado na economia	449
8.4.	Direitos do consumidor.....	450
8.4.1.	Introdução.....	451
8.4.2.	O Código de Defesa do Consumidor brasileiro.....	451
8.4.3.	O Código de Defesa do Consumidor e a realidade brasileira	452
8.4.4.	Partes e objeto da relação de consumo.....	452
8.4.5.	Consumidor	453
8.4.6.	Hipossuficiência.....	458
8.4.7.	O Estado figurando como consumidor.....	459
8.4.8.	Fornecedor.....	459
8.4.9.	Objeto das relações de consumo	461
8.4.10.	Princípios do Código de Defesa do Consumidor.....	463
8.4.11.	Direitos básicos do consumidor.....	467
8.5.	Direito econômico	467
8.5.1.	A atividade econômica	467
8.5.2.	Sistema econômico	468
8.5.3.	Mercado.....	469
8.5.4.	Direito econômico	469
8.5.5.	A ordem econômica.....	470
8.5.6.	Princípios reguladores da ordem econômica	471
8.5.6.1.	Soberania nacional	471
8.5.6.2.	Propriedade privada.....	471

8.5.6.3.	Função social da propriedade	471
8.5.6.4.	Livre concorrência.....	472
8.5.6.5.	Defesa do consumidor	472
8.5.6.6.	Defesa do meio ambiente	472
8.5.6.7.	Redução das desigualdades regionais e sociais.....	473
8.5.6.8.	Busca do pleno emprego.....	473
8.5.6.9.	Tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.....	473
8.6.	Abuso de poder econômico e a lei antitruste.....	473
8.7.	Sistema brasileiro de defesa da concorrência.....	475
8.8.	Controle a ser efetuado pelo sistema brasileiro de defesa da concorrência.....	477
8.9.	Controle das estruturas.....	477
8.9.1.	Notificação prévia ao CADE	477
8.9.1.1.	Prazo para notificação e procedimento.....	478
8.10.	Infração à ordem econômica.....	479
8.10.1.	Exemplos de práticas que configuram infração à ordem econômica.....	480
8.10.2.	Multas	481
8.11.	Súmulas	482
Bibliografia		487